

25 SET 1989

Uma primavera que semeou a moratória

José Casado

A primavera brasileira está começando sob o signo de uma nova moratória da dívida externa.



Absolutamente normal, se considerada a gravidade da crise que marca a vida dos brasileiros nesta década.

Exceto por um aspecto, talvez inédito: um sentimento coletivo, mais explícito do que nunca, sobre a sua legitimidade política.

É, na essência, o que a tornou viável neste fim de mandato de um governo abatido em sua credibilidade interna e externa.

É, também, o fator que tornou possível sua negociação, sem alarde. Ou ainda, sua "compreensão", como qualifica o ministro da Fazenda, sem conseguir disfarçar a ironia, da parte dos bancos privados credores.

Espalham-se pelo País as evidências de um consenso sobre essa nova moratória e suas implicações no futuro imediato.

Na campanha presidencial, por exemplo, assiste-se a uma pregação sobre as virtudes, para o País, de uma mudança radical nas suas relações com os credores externos, tendo-se a suspensão imediata dos pagamentos como ponto de partida.

É notável que essa seja uma postura comum, no espectro político desenhado desde o conservador Aureliano Chaves, do PFL, até o socialista Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

Não se limita, contudo, a essa área, muito sensível aos apelos populares e populistas em temporadas eleitorais.

No fechado circuito da elite empresarial a pregação da moratória também já existe.

Antigos críticos da moratória feita no verão de 1987 pelo presidente José Sarney e pelo falecido ministro da Fazenda, Dilson Funaro, como é o caso do empresário Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, têm ponderado abertamente sobre a necessidade de utilizar-se esse instrumento para viabilizar uma negociação ampla, em novas bases.

A esquerda moderada, na qual militam líderes políticos como o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra, ambos do PSDB — que se não foram adversários, pelo menos não deram apoio à ousadia de Funaro, em 1987 —, trilha idêntico caminho.

Lenta, mas gradualmente, um consenso nacional começa a tomar forma. É um paradoxo que isso ocorra num dos governos politicamente mais enfraquecidos da história e que chegou a tentar, mas não obteve apoio. Ao contrário, registrou até mesmo traições em suas fileiras na execução daquele que era o mais caro e secreto dos seus projetos.

Abre-se, para o futuro presidente da República, uma chance realmente dourada para resolver esse pedaço do drama brasileiro. Mas dependerá, sobretudo, de sua competência política.

José Casado é editor deste jornal.